



DEFENSORIA PÚBLICA  
AMAPÁ

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL

MONITORAMENTO TRIMESTRAL DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA

U.O.: 050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO  
AMAPÁ

PPA 2020-2023

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DE MONITORAMENTO DO 4º TRIMESTRE/2020  
(outubro, novembro e dezembro)

PROGRAMA: 0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

<b>OBJETIVO:</b>	Adquirir softwares para logística de transporte e abastecimento para otimizar gastos; Estruturar o sistema de tecnologia da informação com equipamentos modernos; Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos; Reestruturar a organização administrativa da Defensoria Pública; Captar Recursos.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Membros, servidores, assistidos, estagiários, fornecedores
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	A Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados, na forma do inciso LXXIV, Art. 5º, da Carta Magna. É, portanto, um órgão autônomo, que está em processo de transformação de amadurecimento institucional, no qual demanda, cada vez mais, a profissionalização de seus recursos humanos e a otimização dos recursos materiais disponíveis, de forma a garantir o funcionamento e a operacionalização dos serviços prestados aos cidadãos hipossuficientes e vulneráveis, contribuindo para o cumprimento de sua missão constitucional e essencial à função jurisdicional do Estado.
<b>EIXO ESTRATÉGICO:</b>	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	Execução %	Status do programa
22.414.901,00	23.361.503,00	27.830.302,00	5.963.818,89	21,43	Finalizado

**Análise do Programa:** Os valores orçamentários relativos ao Programa 0074 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública foram distribuídas nas seguintes ações: 2019 - Equipar as unidades da Defensoria Pública; 2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP; 2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública e 2022- Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para bacharéis. No quarto trimestre, foi executado 21,43% equivalente a R\$ 5.963.818,89 (Cinco milhões, novecentos e sessenta e três mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos) relativos a Dotação Orçamentária Inicial - no valor de R\$ 23.361.503,00 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e três reais). As ações deste programa foram finalizadas em 31.12.2020, seguindo assim, as diretrizes do Decreto Estadual de Encerramento do Exercício nº 3829 de 03/11/2020. Publicado no D.O.E. nº 7.287 do dia 05/11/2020.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado</b>	2.819.000,00	103.257,35	3,66	Unidades Aparelhadas	11	12	109,09

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e Núcleos Regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria Pública, reforçando a sua finalidade pública.

No quarto trimestre foram finalizados os processos licitatórios referente as aquisições de equipamentos, que atenderam as necessidades logísticas e tecnológicas da DPE, Núcleos de atendimentos especializados e Núcleos Regionais, localizados em outros municípios do estado, totalizando 12 unidades a serem atendidas, com uma execução financeira de 3,66%. Em relação a meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados)

**Nota Explicativa:** Ressalta-se que a meta física programada para esta ação e conforme consta no PPA 2020-2023, necessita de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SiafeAP, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades equipadas, considerando que os itens adquiridos deverão atender as unidades da DPE no Estado, sendo: N.R Mazagão, N.R Santana, N.R Pedra Branca, N.R Amapá, N.R Calçoene, N.R Ferreira Gomes, N.R Laranjal do Jarí, N.R Vitória do Jarí, N.R Porto Grande, N.R Tartarugalzinho, N. R Oiapoque e Sede Macapá. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP</b>	22.688.140,00	5.642.656,69	24,87	Servidor Remunerado	260	168	64,62

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 22.688.140,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta reais). Neste trimestre foi executado o valor de R\$ 5.642.656,69 (Cinco milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos), equivalente ao percentual de 24,87% do atualizado. No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, respectivamente 168, 167 e 169, representando uma média no trimestre de 168 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 64,62% de execução.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública</b>	2.236.762,00	217.904,85	9,74	Unidade Mantida	11	12	109,09

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas. Com Dotação Orçamentária atualizada, no valor de R\$ 2.236.762,00 (Dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais), destaca-se que no quarto trimestre houve execução de R\$ 217.904,85 (Duzentos e dezessete mil, novecentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos), representando um percentual de execução de 9,74%.

O valor executado, segue assim distribuídos: 1,19% em despesas com Diárias Civil; Material de Consumo; 7,71% com Locação de Mão de Obra e 48,03% Locação de Mão de Obra e 43,07% em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. Não houve concessão de suprimentos de fundos e nem ampliação e reforma das unidades físicas. Em relação a meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

**Nota Explicativa:** Ressalta-se que a meta física programada nesta ação, constante no PPA 2020-2023, necessita de correção junto sistema SiafeAP, visto que o indicador usado para medir o desempenho desta ação será o quantitativo de unidades mantidas, portanto, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas, considerando que os produtos e serviços contratados deverão atender as unidades da DPE no Estado. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis</b>	86.400,00	-	-	Pessoas	10	0	0,00

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência. A composição orçamentária atualizada desta ação é de R\$ 86.400,00 (Oitenta e seis mil e quatrocentos reais), porém os decretos relativos as medidas municipais e estaduais de proteção em decorrência da pandemia (desde março/2020) interferiram na programação de voltas as aulas e a não realização de atividades não essenciais, por este motivo não houve contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública durante os meses relativos ao quarto trimestre.

**Nota Explicativa:** A meta física para esta ação, conforme consta no PPA 2020-2023 é de 120/ano, mas devido a um equívoco de lançamento junto ao sistema SiafeAP, consta como lançado 10/ano, e o quantitativo seria de 30 (por trimestre). Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

**PROGRAMA: 0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS**

<b>OBJETIVO:</b>	Promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Cidadãos hipossuficientes e grupos vulneráveis
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	A Defensoria Pública tem como compromisso garantir atendimentos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos hipossuficientes e grupos vulneráveis, haja vista o elevado índice de desempregados no Estado do Amapá, com isso, é visível a escassez financeira para que este cidadão possa bancar os custos da contratação de um profissional particular para patrocinar os litígios decorrentes da falta de efetividade dos direitos individuais e coletivos. Vislumbra-se a necessidade desses hipossuficientes e vulneráveis serem defendidos pelos defensores públicos do Estado, de forma, a realizar ações de promoção maciça dos direitos humanos e da cidadania.
<b>EIXO ESTRATÉGICO:</b>	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

**Análise do Status do Programa**

<b>PPA 2020 (R\$)</b>	<b>Dot. Inicial OGE 2020 (R\$)</b>	<b>Dot. Atualizada OGE 2020 (R\$)</b>	<b>Realizado 2020 (R\$)</b>	<b>% Execução *</b>	<b>Status do programa</b>
22.414.901,00	80.000,00	80.000,00	2.140,00	2,68	Finalizado

**Análise do Programa:** O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e vulneráveis, foi distribuído no exercício de 2020 na ação Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis. No quarto trimestre a dotação atualizada segue no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), programado para as naturezas de despesas, 339014 (diárias civil), 339039 (outros serviços de terceiro - pessoa jurídica) e 339040 (serviços de tecnologia da informação e comunicação de pessoa jurídica). Foi executado no 4º trimestre 2,68%, referente aos serviços de fornecimento de software de atendimento para os usuários da Defensoria Pública. A ação deste programa foi finalizada em 31.12.2020, seguindo assim, as diretrizes do Decreto Estadual de Encerramento do Exercício nº 3829 de 03/11/2020. Publicado no D.O.E. nº 7.287 do dia 05/11/2020

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dot. Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado	Executado	Execução %
<b>2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis</b>	80.000,00	2.140,00	2,68	Pessoas	50.745	34.001	67,00

**Análise da Ação:** Esta ação tem como objetivo promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal.

Seguindo os dados contidos no relatório de avaliação financeira por eixo, ressalta-se que no quarto trimestre houve execução orçamentária no valor de R\$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais), representado um percentual de 3,28% de execução. O número de cidadãos atendidos foi de 34.001 e a meta física representou um percentual de 67%, não atingindo a execução prevista em 100% para o trimestre. Ressaltamos, que este trimestre ficou bastante comprometido em virtude do apagão ao qual o Estado passou e a pandemia que ainda não foi estabilizada.

Neste trimestre foram criados dois núcleos especializados de atendimentos: A Portaria nº 250, de 05 de Outubro de 2020, criou o Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher – Macapá, e a Portaria nº 420, de 10 de dezembro de 2020, criou o Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Difusos – Macapá.

Mantiveram-se os decretos relativos a prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo (novo Coronavírus, e a DPE através do Ato Administrativo nº 01 que dispõe sobre o funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá. Permaneceu com o regime de tele trabalho, com medida de prevenção e demais atos administrativos posteriores, que suspenderam o atendimento presencial. Com isso, houve uma queda do número de atendimentos realizados pela Instituição. Apesar deste decréscimo nos atendimentos, a DPE continuou seguindo sua missão de garantir os direitos a população aos hipossuficiente e grupos vulneráveis. Destacamos a seguir ações realizadas pelos Núcleos de atendimento da capital e dos municípios, realizados no quarto trimestre.

**NUDECIV** – os defensores atuantes neste núcleo, tiveram participações em reuniões relativas ao apagão em 13, das 16 cidades do Amapá), e em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional e atividades extras, com destaque para: 1º Bate Papo: Outubro Rosa - 07/10/2020; 2º Bate Papo: Outubro Rosa - 14.10.2020; 3º Bate Papo: Outubro Rosa - 21.10.2020; Inspeção UNACON - Com auxílio da Defensora Júlia Lordêlo; 4º Bate Papo: Outubro Rosa - 28.10.2020; Curso de Formação: perspectiva da saúde pública do Estado do Amapá, - Entrevista togas e becas - 10h - Rádio Diário Fm e de reunião com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, sendo: 1. Reunião ordinária CEAS - 14-10/2020 e 2. Reunião Extraordinária CEAS - 27-10/2020, Reunião abertura do GTE Apagão 23.11.2020, Reunião conectas e artigo 19 - 23.11.2020, Reunião DPU - Assunto: Apagão - 24.11.2020, Entrevista concedida ao SBT, Reunião com o SEBRAE para tratar das demandas dos micro e pequenos empresários em decorrência dos problemas gerados pelo apagão e Instauração do PATC N.99/2020.

**NUDEFAM** – os defensores atuantes no NUDEFAM participaram de eventos com pertinência temática institucional, sendo: reunião com CEDIMAP; reunião com o instituto de defesa do direito de defesa (IDDD), com a comissão de igualdade racial da oab-ap e com o Defensor Alexandre Koch sobre o caso Eliane no dia 01/10/2020; reunião com a Secretaria de Educação do Estado do Amapá – SEED e com o UNICEF em apoio ao NAECA sobre “programa travessias” (redução da desigualdade idade-série) no dia 06/10/2020; reunião com o centro de assistência à periferia – CASP do bairro Congós sobre o programa “defensores populares” no dia 07/10/2020; reunião em apoio ao NUDECRIM com o IEPE sobre caso criminal de cacique no dia 13/10/2020; reunião com a coordenação de comunicação da DPE/AP sobre o calendário da educação de direitos dos meses de outubro, novembro e dezembro no dia 14/10/2020; curso de formação das novas defensoras e defensores públicos do dia 21/10/2020 a 29/10/2020, reunião com a parte contrária ao processo 25575/2017, reunião do conselho superior, curso de formação dos novos defensores, Debate Público sobre atuação das forças policiais no Estado do Amapá no dia 17/12/2020 com transmissão ao vivo pelo canal do YOUTUBE da DPE-AP. Além disso, o núcleo também esteve presente em

eventos com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, com destaque para: reunião com a parte contrária do processo 25575/2017, presença na manifestação popular sobre o desabastecimento energético em apoio ao grupo de trabalho extraordinário não instalado no dia 11/11/2020; presença na manifestação popular sobre o desabastecimento energético em apoio ao grupo de trabalho extraordinário não instalado no dia 13/11/2020; presença na manifestação popular sobre o desabastecimento energético em apoio ao grupo de trabalho extraordinário não instalado no dia 18/11/2020; reunião com a ONG art. 19 em apoio ao grupo de trabalho permanente de direitos humanos e ao grupo de trabalho extraordinário do desabastecimento energético no dia 23/11/2020; reunião com o CSP lutas na sede do sindicato dos servidores do mp-ap em apoio ao grupo de trabalho extraordinário do desabastecimento energético no dia 25/11/2020; reunião com liderança do quilombo lagoa dos índios em apoio ao grupo de trabalho extraordinário do desabastecimento energético no dia 26/11/2020; reunião do conselho superior 26/10/2020; curso de formação dos novos defensores 26/10/2020; reunião com anistia internacional e utopia negra em apoio ao grupo de trabalho extraordinário do desabastecimento energético no dia -30/11/2020 e Reunião com ONG 'Art. 19" e com o Conectas Humanos no dia 02/12/2020 quanto à atuação nas manifestações populares. Participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional e atividades extras, com destaque para Entrevista com a Defensora Júlia Lordelo no Programa Café com Notícias sobre o debate público no dia 15/12/2020.

**NUDECRIM** – este núcleo, por meio dos seus defensores, participou de eventos com pertinência temática institucional, com destaque para a reunião com grupo de trabalho dos direitos humanos - subgrupo da violência policial ; reunião com o núcleo de atendimento especializado da criança e do adolescente; reunião do conselho superior - 26.10.2020, ida à manifestação para garantir a liberdade de expressão dos cidadãos no dia 17/11/2020; acompanhamento de manifestação contra a falta de energia em Macapá - 21/11/2020; ida à manifestação para garantir a liberdade de expressão dos cidadãos no dia 24/11/2020; reunião com grupo de trabalho dos direitos humanos - 27/11/2020; reunião do conselho superior 01.12.2021; DP e o machismo estrutural no sistema de justiça - jornada de capacitação da ANADEAP finalizada no dia 03/12/2020; perícia criminal na prática - Live realizada no dia 04/12 pela escola superior da defensoria do mato grosso do sul; curso de extensão DH, saúde mental e racismo - Live de lançamento da publicação do curso realizado no dia 09/12/2020; reunião do grupo extraordinário de DH realizada no dia 11/04/2020; reunião GT de direitos humanos 11/12/2020.

**NUPEN** – este núcleo teve participação em eventos com pertinência temática institucional na roda de conversa entre o crime e a loucura, organizado pela defensoria pública de Pernambuco - 09.06.2020

**NR LARANJAL DO JARI** – este núcleo teve participação em eventos com pertinência temática institucional no dia 08 de setembro a 19 de outubro - Curso Fundamentos para implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais - cujo objetivo é Promover o desenvolvimento de competências para a implantação e a expansão da Justiça Restaurativa, com a finalidade de inserir a magistratura em um movimento global, com novos paradigmas e abordagens transformadoras de resolução dos conflitos, a partir da elaboração de um plano de ação relativo aos projetos de Justiça – 50 horas aula. 06 e 13/10 Aula sobre Justiça Restaurativa – decorrente da Participação em WEBNÁRIO – Curso Fundamentos para implementação da Justiça Restaurativa nos Tribunais e participação em Reunião com o Ministério Público e com representantes da Comunidade do Iratapuru. 2. 23/10 a 25/10 – Visita as Comunidades Ribeirinhas de Laranjal do Jari para apresentar a Defensoria Pública do Amapá, tirar dúvidas sobre os atendimentos e falar sobre o resultado das reuniões realizadas com o MPF, EMPRESA, Comunidade, para tratar sobre Ação Civil Pública.



**PROGRAMA: 0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP**

**OBJETIVO:** O FUNDEPAP tem como objetivo a qualificação profissional de membros e servidores da DPE-AP, com políticas públicas, através de investimento ao capital humano, com participações em eventos, seminários e programas de formação continuada, garantido qualidade aos serviços públicos.

**PÚBLICO ALVO:** Membros e servidores da Defensoria Pública

**JUSTIFICATIVA:** Necessidade de aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá-FUNDEPAP, previsto na Lei Complementar nº 0086/2014 e alterações, tem como finalidade captar recursos para que sejam executados na concepção, desenvolvimento, viabilização, execução de planos, programas e projetos de aprimoramento e reaparelhamento dos serviços afetos a DPE-AP; implementação de tecnologia de controle de tramitação dos feitos judiciais e administrativos, com uso de informática, microfilmagem, reprografia e outros procedimentos tecnológicos; com participação com entidades científicas, educacionais e culturais, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na promoção de eventos que tenham por fim oferecimentos de oportunidades e atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de Recursos Humanos da Defensoria Pública do Estado; desenvolvimento de ações direcionadas ao aperfeiçoamento dos Defensores Públicos e servidores.

**EIXO ESTRATÉGICO:** Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

**Análise do Status do Programa**

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	% Execução	Status do programa
200.000,00	200.000,00	512.135,00	-	0,00	Em andamento

**Análise do Programa:** O programa Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá - FUNDEPAP, teve como dotação inicial o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), este valor foi inicialmente disponibilizado em duas naturezas de despesas, 339039 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica) e 449052 (Material Permanente). No mês de Janeiro/2020 foi sancionada a Lei nº 2.492 de 21 de janeiro de 2020, que alterou a Lei Estadual nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, modificando a repartição da receita tributária e incluindo a Defensoria Pública do Estado do Amapá no rol de destinatários da Taxa Judiciária, Art. 1º A Lei nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações, IV - 8,17% (oito inteiros e dezessete décimos por cento) ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá – FEDPAP.

**Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações**

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dot. Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
<b>2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP</b>	512.135,00	-	-	Unidade	1	0	0,00

**Análise da Ação:** Esta ação tem como fim o reaparelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas à outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas. Não houve execução da ação no quarto trimestre.

**Nota Explicativa:** Ressaltamos que a meta física programada nesta ação e que consta no PPA 2020-2023 necessita-se de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SIAFEAP, ao qual o indicador informado está relacionado ao quantitativo de unidades atendidas com o orçamento do FUNDEPAP, onde se lê: Meta Física Programada: 1; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas. Esta correção será feita logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.